

O Sistema Colonial nas Idades Antiga a Moderna: o estudo do exclusivo metropolitano por meio da história comparada

Luís Fernando Pessoa Alexandre

Resumo: tem sido recorrente na historiografia estabelecer um nexu estreito entre o significado do pacto colonial e o desenvolvimento histórico ulterior das colônias europeias no continente americano. Visto, por vezes, como fator de desenvolvimento que alavancaria a burguesia, ou como obstáculo ao desenvolvimento do livre comércio, o pacto colonial será aqui retomado em termos de uma história comparada. Visando investigar os aspectos gerais do monopólio colonial, este artigo faz uma análise da evolução do sistema colonial nas idades antiga e moderna; nesse sentido, a ênfase aqui recaiu sobre as implicações gerais dos diferentes graus de liberdade na relação colônia-metrópole, tanto no mundo greco-romano como no período de formação da Idade Moderna. O recurso da história comparada foi aqui de grande valia ao oferecer parâmetros de comparação para se perceber a anatomia do exclusivo metropolitano sobre o comércio das suas colônias. Nosso quadro de referências para essa tentativa de história comparada traz à tona as abordagens do filósofo e economista escocês Adam Smith em seu livro *A riqueza das nações* sobre o tema e apresenta as contribuições de teóricos como Pierre Grimal e Michael Rostovtzeff, dos historiadores Caio Prado Júnior e Fernando Novais e outros. Assim, comparando a dinâmica das relações econômicas estabelecidas na Antiguidade com as do período moderno é possível afirmar que, segundo os referenciais teóricos adotados o diferente nível de liberdade experimentado pelas colônias constituiu-se em um barômetro de sua prosperidade, poder e até relevância intelectual. Em linhas gerais, é possível antecipar que entre a colonização antiga e a moderna, apesar do lapso temporal que as separa, há uma semelhança fundamental: tanto em um caso como no outro quando as metrópoles concederam maiores níveis de liberdade econômica para suas colônias desenrolou-se um processo de crescimento que influenciou não apenas a vida econômica, mas também, a política e social. A experiência da colonização grega em contraposição à romana e da colonização inglesa frente à portuguesa e a espanhola explicitam as diferenças aventadas. Em última instância, investigamos neste artigo o lugar da liberdade econômica na dinâmica histórica da colonização antiga e moderna.

Palavras-chave: colonização antiga e moderna, pacto colonial, história comparada.

1. Diferenciação das Colônias Gregas e Romanas no Período Antigo

Na antiguidade, as relações que existiam entre a metrópole e a colônia foram distintas das que existiram na Idade Moderna. Segundo o economista e filósofo escocês Adam Smith,

A cidade-mãe, embora considerando a colônia como uma criança, sempre merecedora de grandes favores e ajuda e, em troca, devedora de muita gratidão e respeito, a tinha na conta de uma filha emancipada, sobre a qual não pretendia absolutamente exercer nenhuma autoridade ou jurisdição diretas. A colônia criava sua própria forma de governo, estabelecia suas próprias leis, elegia seus próprios magistrados, e mantinha paz ou fazia guerra com seus vizinhos, como um Estado independente, que não precisava esperar pela aprovação ou consentimento da cidade-mãe. Nada pode ser mais claro e distinto que o interesse que norteou cada um desses estabelecimentos (SMITH, 1983, p. 49).

Adam Smith nos deixa uma visão clara de quais foram as razões que teriam motivado os antigos a fundarem colônias. Dentre elas estão o pequeno território – especialmente na Grécia –, o aumento da população e a dificuldade para sustentá-la, além do problema da quantidade de terras, etc.

Porém, o que nos chama a atenção é que, segundo Smith, as colônias gregas eram como estados independentes; porém, mesmo sendo colônias tinham o direito de criar leis e de se governarem por elas, de elegerem os próprios representantes e até de fazerem guerra com outra colônia ou outro país sem precisar da autorização da metrópole.

Podemos perceber que, segundo o autor, havia um nível de autonomia significativo entre as colônias antigas. Quanto à metrópole, esta estava reservada à condição materna de supervisora e, quiçá, de conselheira da colônia. O termo metrópole, aliás, que vem do grego metropolis (μήτηρ, mētēr = mãe, ventre e πόλις, pólis = cidade), sugere a ideia de maternidade presente na relação entre o país colonizador e a sua “filha”.

Especialmente sobre as colônias gregas, Smith destaca que algumas delas chegaram a ter um nível de desenvolvimento muito significativo quando comparado com o estágio de desenvolvimento da metrópole:

No decurso de um ou dois séculos, várias delas parecem ter se ombreado com suas cidades-mães e tê-las até mesmo superado. Segundo todos os relatos, parece que Siracusa e Agrigento, na Sicília; Tarento e Locri, na Itália; Éfeso e Mileto, na Ásia Menor, no mínimo se igualaram a qualquer das cidades da Grécia Antiga. Embora posteriores em sua fundação, todas as artes requintadas, a Filosofia, a Poesia e a Eloquência parecem ter sido cultivadas nessas cidades tão cedo quanto em qualquer outro lugar da mãe-pátria, tendo atingido o mesmo grau de desenvolvimento. É de se notar que as escolas dos dois filósofos gregos mais antigos, a de Tales e a de Pitágoras, foram estabelecidas – o que é extraordinário – não na Grécia Antiga, mas a primeira em uma colônia asiática e a segunda em uma colônia da Itália. (SMITH, 1983, p. 57).

De acordo Adam Smith, as colônias gregas podiam equiparar-se com a mãe-pátria, em termos filosóficos, por uma razão especial: elas tinham total independência em relação à sua metrópole. Para o autor, tal condição histórica teria favorecido a vida econômica e intelectual das colônias. Não havia necessidade de a metrópole impor à sua colônia uma condição de caráter político-legal que impedisse a última de comercializar com qualquer outra nação que não fosse a nação materna. O que as mantinham unidas eram os fortes laços culturais forjados ao longo da experiência humana.

Porém, embora as colônias gregas tenham se mostrado exitosas no campo econômico e intelectual, algumas colônias romanas da Antiguidade não trilharam exatamente o mesmo caminho. Concernente a isso, diz Smith (1983):

A história das colônias romanas de forma alguma é tão brilhante. Algumas delas, sem dúvidas, como Florença, chegaram a transformar-se em Estados consideráveis, no decurso de muitas gerações e após a queda da cidade-mãe. Entretanto, ao que parece, nenhuma delas jamais teve um progresso muito rápido. Todas essas colônias foram fundadas em províncias conquistadas que, na maioria dos casos, anteriormente já estavam plenamente habitadas. Raramente era muito grande a quantidade de terra atribuída a cada colonizador, e, como a colônia não era independente, nem sempre tinha liberdade para administrar seus negócios da maneira que considerasse mais condizente com seu próprio interesse (p. 57).

Ao contrário do que se passou nas colônias gregas, as colônias romanas não foram favorecidas pela larga quantidade de terras a serem distribuídas e exploradas, nem se formou um ambiente de liberdade para que os indivíduos utilizassem seu potencial criativo. Por não existir um ambiente de liberdade econômica comparável ao grego, não houve também um ambiente tão propício para o florescimento da intelectualidade.

Ao longo da sua história, os romanos tentaram materializar, em suas instituições, aquilo que os gregos tinham sonhado em matéria de ciência política. Porém, valores democráticos nascidos em território grego foram confrontados com o primado da exclusividade romana (princípio aristocrático).

Por uma série de razões, a história romana foi marcada por um longo processo dialético em que se confrontaram o princípio do nascimento com a república idealizada pelos gregos. O primeiro levava à concentração de poderes nas mãos dos mais capazes, chamados na Grécia de *aristói* (melhores), enquanto o segundo permitia a camadas maiores da população participarem da vida política romana. Isso não quer dizer que em um regime aristocrático não pudesse existir liberdade, o que seria um erro afirmar. Mostesquieu (2010), no século XVII, afirmou que seria possível achar mais liberdade em uma monarquia do que em uma república – desde que esta tivesse de republicano apenas o nome, mas não o regime. A própria história romana nos mostra que em seus primórdios os grupos aristocráticos eram formados não apenas por ricos proprietários de terras mas, também, pelos principais comerciantes e pecuaristas da Península Itálica. A existência dos *aristoi* não significou o fim da liberdade.

Um dos aspectos peculiares da história romana – que acabou influenciando no modo como Roma se relacionava com suas colônias – foi o fato de ter existido um tênue equilíbrio entre a concentração de poderes e a sua distribuição entre os membros da sociedade. Ou seja, a história romana, especialmente no campo das relações políticas, apresentou momentos de maior peso do poder do Estado e momentos em que a interferência daquele na vida dos indivíduos foi menos acentuada. A partir da passagem da República para o Principado (que foi a ante-sala do Império), o processo de concentração de poderes em Roma se acentuou, e seus efeitos foram sentidos na relação que a “cidade eterna” manteve com suas províncias, ou colônias propriamente ditas.

O tênue equilíbrio entre os dois caminhos – ou as duas tendências – formou um sistema misto no qual acabaram por conviver elementos monárquicos, republicanos e, nos momentos finais do Império, até mesmo tirânicos.

De acordo com o historiador russo Michael Rostovtzeff (1967), a história de Roma apresenta mesmo um delicado equilíbrio entre a descentralização (tendência democrática) e a tendência à concentração de poderes políticos (tendência tirânica). Para o autor, tal equilíbrio entre os dois pólos se agravou a partir do momento em que a sociedade romana se tornou mais complexa. A expansão territorial e demográfica teria forçado, segundo ele, o crescimento do poder do Estado para administrar com maior eficiência uma sociedade que, aos poucos,

tornou-se muito maior do que a outrora limitada comunidade de habitantes do Lácio. Além disso, a partir do século III muitos povos – chamados pelos romanos de bárbaros – provenientes do Norte e Leste da Europa passaram a acorrer a Roma para conseguirem proteção. Muitos se transformavam em povos federados. Os riscos das invasões teriam precipitado um fenômeno de crescimento do poder estatal a fim de reprimir todo tipo de ameaça à estabilidade do Império.

Roma passou por um processo de crescimento territorial significativo a partir do século III a.C., provocado pelas campanhas de anexação de territórios que se situavam para além da Península Itálica. Com o crescimento territorial veio o aumento da população, e uma maior relevância política e econômica. A partir do século II a.C., após as vitórias conseguidas nas guerras púnicas, Roma adquiriu contornos verdadeiramente imperiais. Junto à hegemonia natural que sua sociedade passou a ostentar no Ocidente e no Oriente desenvolveu-se um sentimento de confiança quase absoluta nos destinos triunfais daquela civilização. A política de distribuição de terras e de concessão de cidadania a outros povos – além dos romanos – favoreceu a entrada de um contingente maior de pessoas reivindicando seu espaço, político e econômico, naquela sociedade. Tudo isso acabou contribuindo para o surgimento de uma consciência romana.

O Estado romano se tornou, ao longo do tempo, um Estado mundial, mas com feições singulares. Diz Rostovtzeff:

O Império Romano não foi nem nunca tentou ser, um Estado mundial de tipo nacional – um Estado no qual uma nação domina e se impõe às outras pela coação: pela sua constituição, tornou-se cada vez mais cosmopolita. Que lhe dava força e substância e lhe permitia, apesar dos muitos defeitos radicais do seu sistema político e social, manter a estrutura mesmo após os severos choques do século III, e mais tarde também sob a crescente pressão de seus vizinhos, foi a cultura, de que todos participavam e valorizavam, e que unia todos os habitantes do império nos momentos de perigo. A despeito de variações locais de menor importância, essa cultura era a mesma em toda a parte. Como a nossa cultura moderna, pertencia aos habitantes das cidades e estava intimamente associada à concepção grega da cidade, não como um simples aglomerado de edifícios, mas como uma associação de homens com hábitos, necessidades e interesses comuns, tanto físicos como mentais, que procuravam, pelo esforço conjunto, criar para si condições de vida aceitáveis e convenientes. (ROSTOVITZEFF, 1967, p. 217).

A princípio, o desenvolvimento de tipo imperial de Roma não impediu que o nível de liberdade individual fosse perturbado, embora ele não fosse comparável à liberdade das colônias gregas. O sistema político misto (combinação de aristocracia com república) possibilitou o fortalecimento da autonomia das províncias:

Os funcionários imperiais [eram] os instrumentos diretos do Estado, inclusive os governadores das províncias imperiais ou senatoriais, eram mera superestrutura acrescentada a comunidades de governo próprio, em todo o império. Os magistrados eletivos dessas comunidades eram laços que ligavam o homem da rua ao Estado. (ROSTOVITZEFF, 1967, p. 229).

A interligação de poderes em Roma foi uma das características do período inicial do principado, no século I a.C.. Por mais que o poder político estivesse se fortalecendo com o crescimento territorial, demográfico e econômico do período, não havia, segundo o autor, uma redução das autonomias locais. Todas as províncias estavam ligadas por uma rede hierárquica que chegava até Roma.

As campanhas de anexação de territórios – que, em geral, não eram violentas, mas sim baseadas em acordos designados pelo termo *foedus* (daí o termo federado) – e a aplicação dos

princípios republicanos nas relações entre esses e os romanos proporcionou um ambiente que, de certo modo, poderia ser chamado de pacífico.

Cumprir observar que os romanos, admiradores da cultura grega, procuraram concretizar em suas instituições políticas as ideias e os princípios que tinham brotado em território helênico. O ambiente de paz estabelecido nos primeiros tempos do principado proporcionou a segurança necessária para que houvesse também um ambiente de prosperidade experimentado por Roma e suas províncias. Sobre esse fenômeno, Edward Gibbon afirmou:

A paz e a unidade internas eram as conseqüências naturais da política moderada e compreensiva adotada pelos romanos. Se voltarmos os olhos para as monarquias da Ásia, veremos o despotismo no centro e a fraqueza nas extremidades, a cobrança de impostos ou a administração da justiça reforçados pela presença de um exército, bárbaros hostis estabelecidos no coração do país, sátrapas hereditários usurpando o domínio das províncias, e súditos propensos à rebelião embora incapazes de desfrutar a liberdade. No mundo romano, porém, a obediência era uniforme, voluntária e permanente. As nações vencidas, fundidas num só e grande povo, renunciavam à esperança, até mesmo ao desejo, de retornar a sua dependência, e mal consideravam sua própria existência como distinta da existência de Roma. (GIBBON, 1989, p. 57).

Porém, para o autor esse estado de paz interna e de prosperidade teria provocado um mau comportamento entre a maioria dos romanos. Para ele, a sensação de paz interna e de viver em um contexto de prosperidade do Império teria feito com que se instalasse entre os espíritos uma autoconfiança de tons nitidamente arrogantes.

A partir do principado, a certeza de fazer parte de um império que não tinha mais para onde crescer e que representava o auge da civilização trouxe, segundo Gibbon, a segurança da invencibilidade do povo romano. Era como se aquele estado de coisas nunca fosse sofrer alguma alteração.

Verifica-se também, no período que vai do século I a. C. até o século III da era cristã, uma tendência significativa de se associar a grandeza do Império à grandeza do seu Estado. A figura do Imperador se sobrepôs às Assembléias e ao Senado – as primeiras sendo extintas e o último tendo conservado apenas funções consultivas, praticamente inócuas.

Os problemas maiores apareceram quando, a partir dos séculos III e IV, foi necessário defender o Império das invasões de uma série de povos do Norte e do Leste da Europa. Para manter a unidade e a hegemonia romanas, o Estado criou uma rede burocrática custosa e pesada, e esse aumento do poder estatal, como afirma Rostovtzeff, teria diminuído o nível de liberdade econômica e também política dos habitantes do Império. Para esse autor, a classe política acreditava que a concentração de poderes nas mãos de um soberano com poderes cada vez mais absolutos era necessária para garantir a segurança de Roma.

Na verdade, a semente desse absolutismo já havia sido plantada com o advento do principado, com Octávio Augusto, em 27 a.C. Vejamos o que o historiador Pierre Grimal nos diz sobre isso:

O advento do principado não é apenas uma revolução política e o alargamento da classe dirigente, assim como a participação no poder de homens vindos de províncias cada vez mais longínquas coincide com o aparecimento de novas forças no domínio da cultura e com o desaparecimento de muitas outras ou com a sua transformação (GRIMAL, 1999, p. 122).

O momento maior desse *gigantismo estatal* antigo teria sido demonstrado nos finais do século III da era cristã, quando, em 284, Diocleciano foi coroado Imperador. Naquele momento Roma passava por uma crise política sem precedentes, tendo elegido 26 imperadores em menos de um século. Suas fronteiras estavam vulneráveis às movimentações

dos povos bárbaros, e a economia sofria em meio a essas instabilidades. Diocleciano iniciou um processo que provocou mudanças importantes – e definitivas – na sociedade de então: formou, oficialmente, uma nova classe aristocrática, baseada no poder militar, e principalmente no funcionalismo público.

A partir daí, houve a oficialização de uma rede de privilégios dentro da política. Quem mantinha tais privilégios era o restante da população, por meio do pagamento de impostos cada vez maiores.

Segundo a interpretação de Rostovtzeff, o crescimento do Estado romano na época de Diocleciano teria sido justificado pela necessidade maior de proteção da unidade do Império. A contrapartida desse fenômeno foi, no entanto, a transformação dos cidadãos em súditos. A defesa do povo romano e dos valores republicanos foram evocados, no mais das vezes, para legitimar o crescimento do poder imperial. Nos dizeres de Edward Gibbon, Roma havia se transformado em uma “monarquia absoluta disfarçada” (GIBBON, 1989, p. 78).

A partir do momento em que a classe política passou a relacionar a grandeza do Império à força do Estado, o nível de liberdade dos cidadãos tendeu a diminuir. Tal diminuição foi causada pelo aumento da burocracia estatal, pelas vantagens que a classe política e o conjunto dos funcionários públicos adquiriram e pelo aumento dos impostos.

As relações que Roma manteve com as suas províncias foram afetadas pela evolução do processo de concentração de poderes, que se iniciou nos momentos finais da República e se expressou de modo mais intenso a partir do século III. Ao passo que o poder do Estado se tornava maior e mais presente na vida dos cidadãos, menos liberdade econômica e política eles tinham. O processo de alargamento do poder estatal romano e de sua nitidez, inconveniente para as províncias, correspondeu a um obscurecimento do conceito de cidadania e de liberdade de seus habitantes. Por essa razão, Adam Smith afirmou que as colônias romanas não tiveram um desenvolvimento comparável ao das colônias gregas. O motivo dessa diferença, segundo o autor, seria o menor nível de liberdade entre os romanos.

2. O Mercantilismo do Sistema Colonial

Entre os séculos XVI e XVIII, no campo das relações entre os países houve a emergência das práticas mercantilistas como meio de garantir a riqueza do reino. Como afirma Pierre Deyon (1992) em sua obra **O mercantilismo**, é um tanto quanto difícil oferecer uma definição exata do que o termo significa e as realidades que ele abrange, uma vez que desde finais da Idade Média até os fim da Idade Moderna o mercantilismo foi muito mais praticado do que teorizado. Portanto, é mais fácil falarmos em uma história das práticas mercantilistas do que de um pensamento mercantilista. Sem contar com o fato de que, em boa parte dos escritos sobre o assunto, quem se manifesta são teóricos adeptos da chamada economia política clássica, os quais notadamente se posicionaram de modo crítico quanto aos pressupostos mercantilistas.

Os princípios norteadores da economia política colocaram em xeque as práticas mercantilistas verificadas no sistema colonial moderno. A principal crítica feita pelos teóricos liberais ao mercantilismo foi a de que aquele sistema impedia o livre curso das atividades econômicas, sob a justificativa de que era necessário proteger os interesses da nação. Vários seriam os exemplos de práticas mercantilistas: as restrições às importações e o estímulo às exportações (balança comercial favorável, ou seja, vender mais e comprar menos, ou vender mais caro e comprar mais barato, ou os dois); as proibições de exportar metais (a ideia de que

a riqueza de um país está diretamente relacionada à quantidade de dinheiro/moeda de que dispõe); as regulamentações leoninas da atividade econômica pelo Estado; a prática dos subsídios às manufaturas nacionais – o que, para Smith, favorecia os produtores em detrimento dos comerciantes e do restante da população –; e a proibição de as colônias comercializarem com outros países. Essas foram práticas mercantilistas correntes, que variaram em intensidade de país para país.

Coube a Adam Smith e a outros teóricos da economia política desvendarem os segredos da prosperidade da riqueza dos países. No momento em que Smith escreveu já era possível se analisar com uma certa distância o que se passava em várias colônias. Comparando as condições econômicas das colônias dos ingleses, franceses, espanhóis e portugueses é que o autor pôde tirar suas conclusões sobre as razões do maior ou menor estágio de desenvolvimento entre elas.

Embora o pacto colonial também existisse entre a Inglaterra e suas colônias, Adam Smith escreve que regulamentações, taxas, subsídios e impostos eram menores entre os ingleses do que entre os portugueses e suas colônias.

3. As Colônias Europeias no Período de Formação da Idade Moderna

De acordo com Adam Smith, os motivos que teriam levado à fundação de colônias no período moderno não são tão claros de se perceber num primeiro momento. Segundo ele,

o estabelecimento das colônias europeias na Europa e nas Índias Ocidentais não se deveu a nenhuma necessidade; e embora a utilidade que delas resultou tenha sido muito grande, não é tão clara e evidente. Essa utilidade não foi entendida na primeira fundação das colônias, e não constituiu o motivo dessa fundação nem das descobertas que a ela levaram; e mesmo hoje talvez não se compreendam bem a natureza, a extensão e os limites dessa utilidade (SMITH, 1983, p. 51).

Para Smith, não é possível dizer qual ou quais seriam as necessidades que teriam levado à fundação de colônias pelos países europeus na Época Moderna. No entanto, isso não significa que as razões para tal empreendimento não tenham existido. Na verdade, essas razões são apresentadas pelo próprio autor quando ele comenta o empreendimento da coroa espanhola:

Como se vê, foi um projeto de comércio com as Índias Orientais que levou à primeira descoberta do Ocidente. Um projeto de conquista deu origem a todas as fundações dos espanhóis naqueles países recém-descobertos. O motivo que os incitou a essa conquista foi um projeto de exploração de minas de ouro e prata; e uma série de eventos, que nenhuma sabedoria humana poderia prever, fez com que esse projeto tivesse muito mais sucesso do que aqueles que os empreendedores tinham quaisquer motivos razoáveis para esperar (SMITH, 1983, p. 55).

Segundo o autor, esse processo teve início nos séculos XIV e XV – período final da Idade Média –, quando os venezianos se destacaram na área comercial e financeira na Europa. Os lucros gerados pelos venezianos seriam a condição básica para o financiamento das grandes navegações. De acordo com isso, Smith afirma:

Os venezianos, durante os séculos XIV e XV, mantinham um comércio muito rentável em especiarias e outros produtos das Índias Orientais, que redistribuíam às demais nações da Europa. Eles os compravam sobretudo no Egito, na época sob o domínio dos mamelucos, inimigos dos turcos, dos quais os venezianos eram inimigos; essa união de interesses, secundada pelo dinheiro de Veneza, formou tal conexão, que deu aos venezianos quase um monopólio desse comércio. (SMITH, 1983, p. 51).

O desenvolvimento do comércio na Europa da Baixa Idade Média teria favorecido a expansão dos mercados para além do continente. Tal expansão teria se verificado nas campanhas ultramarinas financiadas por grandes homens de negócios, como os habitantes de Veneza, Florença, Gênova e Milão. Dali teria partido boa parte do dinheiro das expedições, pelo menos no seu início, no século XV.

Segundo Smith, o interesse por ouro e prata, secundado por outros objetivos – mais nobres, de acordo com o autor – como a evangelização e a administração política das novas terras, teriam levado à criação de novas sociedades naquele que foi chamado pelos colonizadores de “Novo Mundo”.

Para o historiador Fernando Novais (1985), as causas da fundação das colônias na Idade Moderna residem no fortalecimento da burguesia europeia, especialmente a partir do século XV. Para o autor, a expansão comercial acabou se traduzindo em expansão marítima em decorrência de uma necessidade econômica especificamente burguesa. Para atender a essa necessidade e tirar vantagens econômicas com isso, os soberanos europeus encamparam as grandes navegações, cujo dinheiro era, em grande parte, oriundo da burguesia.

Nesse sentido, Novais acredita que houve uma espécie de acordo entre o Rei e a burguesia, que poderia ser traduzido da seguinte maneira: o Rei reconhecia as vantagens econômicas e políticas de formar colônias, enquanto a burguesia reconhecia o mesmo, ambos segundo o próprio ponto de vista. As vantagens reais seriam o aumento da arrecadação, seu fortalecimento político no concerto das nações europeias e o fato de as colônias poderem servir como reservas de riqueza para a metrópole. As vantagens para a burguesia seriam o enriquecimento com o negócio colonial, a aquisição de títulos aristocráticos e a maior relevância política em seu país e na colônia. A monarquia e a burguesia enxergavam, cada uma a seu modo, os ganhos que poderiam ter no investimento colonial.

Novais afirma ainda que essa identificação de interesses que aproximou a monarquia da burguesia se constituiu em uma tendência histórica a partir do século XV. Para o autor, o final da Idade Média teria assinalado o nascimento do capitalismo e, com ele, o fortalecimento definitivo da classe burguesa. Enquanto sistema dominante, o capitalismo teria se instalado na sociedade de modo a reorientar as prioridades econômicas e políticas; todas elas, a partir do século XV e especialmente a partir do século XVI, foram influenciadas ou determinadas pela burguesia.

Portanto, as motivações que teriam levado ao processo de colonização moderna, na visão de Fernando Novais, seriam de caráter burguês e se inscreveriam em um quadro de mudanças políticas e econômicas no Ocidente provocadas pelo próprio crescimento da burguesia.

Leo Huberman comentou a relação que os reis tiveram com os mercadores, banqueiros e demais homens de negócios, chamados por Novais de *burgueses*. Para Huberman (1986), os reis tinham dificuldades de levantar dinheiro para as navegações e, por isso, aproximavam-se daqueles que poderiam ajudar no custeio da empreitada.

Vejam o que diz o autor:

Era por estarem sempre em dificuldades monetárias que os governos davam tamanha importância ao amontoamento de metais preciosos. E como acreditavam também que o tesouro podia ser obtido pelo comércio, era natural considerarem os interesses do Estado e da classe de mercadores ou comerciantes como idênticos. Foi assim que o Estado tomou como sua tarefa principal o apoio e estímulo ao comércio e a tudo que se relacionasse com ele. (HUBERMAN, 1986, p. 129-30).

Ciente dos motivos que teriam levado à criação das colônias, seria interessante analisarmos as condições econômicas de algumas delas. Adam Smith dedicou algumas páginas de sua obra **A riqueza das nações** para elucidar o estado das relações econômicas que eram vigentes nas colônias europeias na América em meados do século XVIII. Sua investigação revelou que havia uma disparidade significativa entre algumas colônias, e que grande parte dessa distância entre elas era explicada pelo diferente nível de liberdade econômica de que cada uma desfrutava.

Dentre todas as colônias que passaram pelo escrutínio do autor, as consideradas mais livres foram as inglesas. Excetuando as restrições impostas pela Inglaterra pelo pacto colonial (exclusivo metropolitano), as suas colônias poderiam comercializar o que quisessem entre si e com a metrópole. As colônias que tinham menos liberdade de comércio eram as de Portugal e da Espanha. O quadro geral o autor apresenta a seguir:

[...] embora a política da Grã-Bretanha, em relação ao comércio de suas colônias, tenha sido ditada pelo mesmo espírito mercantil que o de outras nações, no global ela tem sido mais liberal e menos opressiva do que qualquer delas.

A liberdade concedida aos habitantes das colônias inglesas de conduzirem suas coisas a seu próprio modo é completa, excetuado seu comércio exterior. Tal liberdade é, sob todos os aspectos, igual à que têm seus compatriotas na Grã-Bretanha, sendo garantida da mesma forma por uma assembléia dos representantes do povo, que reivindica o direito exclusivo de impor taxas e impostos para sustento do governo colonial. A autoridade dessa assembléia intimida sobremaneira o poder executivo, e nem o mais mesquinho nem o mais odioso dos habitantes das colônias enquanto obedecer à lei tem qualquer coisa a temer do ressentimento do governador ou de qualquer outro oficial civil ou militar na província. (SMITH, 1983, p. 70-71).

Pelo que podemos perceber, as colônias inglesas dispunham de um ambiente bastante liberal em termos econômicos, o que, segundo o autor, lhes proporcionou a chance de ter um forte desenvolvimento, que se expressou no bem-estar dos colonos e na confiança interpessoal que germinou a partir dessa liberdade de empreender.

No campo político, as instituições inglesas foram implantadas no solo colonial. Isso não implicou um controle político das colônias, mas sim a oportunidade de serem estabelecidas, desde o século XVII, as bases do federalismo norte-americano.

Tomando como referência as colônias inglesas, Smith nos mostra de que modo o caráter liberal de suas instituições favoreceu o nascimento de um ambiente propício ao desenvolvimento econômico e à representatividade política. No cômputo geral, a combinação de liberdade econômica com liberdade política contribuiu para que surgisse entre as 13 colônias inglesas um sentimento de independência pessoal, que se trasladou para o campo da independência política.

Não obstante, enquanto nas colônias inglesas o ambiente econômico e político era caracterizado pela liberdade, nas colônias espanholas, portuguesas e francesas não acontecia o mesmo. Eis o que Smith nos diz, nesta citação:

Ao contrário, os governos absolutistas da Espanha, de Portugal e da França participam também nas respectivas colônias desses países, e os poderes discricionários que tais governos costumam delegar a todos os seus oficiais inferiores são, devido à grande distância, naturalmente exercidos lá com violência mais do que o comum. (...) Todavia, a administração das colônias francesas sempre tem sido conduzida com maior delicadeza e moderação do que a das colônias espanholas e portuguesas. (SMITH, 1983, p. 71).

Smith demonstra que o nível de liberdade vigente entre as colônias espanholas, portuguesas e francesas – estas, mais liberais – era menor do que o das colônias inglesas. Na

raiz desse fenômeno estaria o grande papel reservado ao Estado – especialmente o espanhol e o português – no processo de colonização.

A questão do pacto colonial português foi abordada por alguns historiadores brasileiros, como, por exemplo, por Caio Prado Júnior. Para ele, o exclusivo metropolitano português era um instrumento necessário para manter o sentido da colonização, segundo o qual a colônia ficava com o encargo de produzir matérias-primas para a metrópole enquanto esta lhe vendia produtos com maior valor agregado (manufaturas, etc). Fitando controlar a atividade econômica no Brasil, o Estado português instituiu uma intensa atividade de fiscalização, que se traduzia em taxas, subsídios, impostos diversos e proibições.

Acerca do peso da administração colonial Caio Prado afirma:

Vimos aí a falta de organização, eficiência e presteza do seu funcionamento. Isto sem contar os processos brutais empregados, de que o recrutamento e a cobrança de tributos são exemplos máximos e índices destacados do sistema geral em vigor. A complexidade dos órgãos, a confusão de funções e competência; a ausência de método e de clareza na confecção das leis, a regulamentação esparsa, desencontrada e contraditória que a caracteriza, acrescida e complicada por uma verborragia abundante em que não faltam às vezes até dissertações literárias; o excesso de burocracia dos órgãos centrais em que se acumula um funcionalismo inútil e numeroso, de caráter mais deliberativo, enquanto os agentes efetivos, executores, rareiam; a centralização administrativa que faz de Lisboa a cabeça pensante única em negócios passados a centenas de léguas que se percorrem em lentos barcos à vela; tudo isto, que vimos acima, não poderia resultar noutra coisa senão naquela monstruosa, emperrada e ineficiente máquina burocrática que é a administração colonial. E com toda aquela complexidade e variedade de órgãos e funções, não há, pode-se dizer, nenhuma especialização. Todos eles abrangem sempre o conjunto dos negócios relativos a determinado setor, confundindo assuntos os mais variados e que as mesmas pessoas não podiam por natureza exercer com eficiência. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 339-40).

Para Caio Prado Júnior, a política colonial empreendida pelo governo português teria provocado desordem, acúmulo de funções, privilégios, e teria deixado pouco espaço para a liberdade econômica e política. O exclusivo metropolitano português, ao contrário do que se passava na Inglaterra, contribuiu muito mais para desviar os seus representantes de seus objetivos do que de fazê-los cumpri-los. E, como o próprio autor demonstra, os objetivos de fiscalização tinham as suas brechas, porque isso era, naturalmente, inviável. Sendo muito rígido e até violento, o sistema de fiscalização português gerava desconfianças mútuas e apego aos cargos públicos.

Percebemos que para o autor, no período colonial da História do Brasil a complexa máquina mercantilista portuguesa criou obstáculos para o livre curso do desenvolvimento econômico da colônia. Tal situação era muito diferente do que ocorreu nas colônias inglesas ou, indo mais além, nas colônias gregas.

Como destacou Adam Smith, a Inglaterra foi o país que mais concedeu liberdade aos seus colonos, embora vigorassem as práticas mercantilistas. Um dos seus maiores méritos era o de não governar diretamente os negócios das colônias, mas sim de criar as condições para que elas, mesmo num regime de protecionismo, conseguissem uma certa margem de manobra econômica, para que, assim, conseguissem prosperar mais do que as colônias portuguesas, em especial o Brasil.

A ideia de que o Estado, na figura do soberano, encarna a vontade da coletividade e garante a paz e a prosperidade do reino era muito forte no Portugal dos séculos XV e XVI. Como consequência mais imediata dessa concepção de Estado como “motor” da história,

houve uma relação direta entre as autoridades reais e os destinos da colonização. Por isso a presença real nas colônias espanholas e portuguesas foi mais intensa do que nas colônias inglesas. Na América espanhola e na portuguesa o campo das decisões e dos empreendimentos ficou mais livre para o Estado do que para os indivíduos.

4. Conclusão

A guisa de conclusão podemos afirmar que a abordagem de Adam Smith e outros teóricos sobre o tema proposto nos mostra a relevância da comparação entre os diferentes sucessos verificados entre as colônias modernas e também entre as antigas. Apesar das diferenças de contexto que nos separam da Antiguidade, é possível afirmar que a distinta experiência de liberdade entre os antigos e os modernos gerou conseqüências parecidas.

No primeiro caso, as colônias gregas destacaram-se economicamente e no plano político e intelectual, fenômeno vivenciado também pelas colônias inglesas; por outro lado, com o desenvolvimento de um espírito geométrico na vida econômica de Roma assim como de Portugal, Espanha e, em menor grau, da França, imprimiu-se um ritmo mais lento às relações econômicas.

A história comparada das diferentes experiências históricas de colonização nos leva a reflexão sobre o papel da liberdade para o desenvolvimento dos povos. Tal desenvolvimento, que não é apenas econômico como o demonstra o federalismo e o princípio da impessoalidade da lei entre os norte-americanos, por exemplo, ou o despertar da filosofia nas colônias gregas por outro lado, tem raízes no maior convívio com a liberdade e o seu reconhecimento como elemento basilar do bem-estar individual e coletivo.

No nosso entendimento as relações entre a História Antiga e Moderna estabelecidas aqui promove um diálogo saudável – porque histórico – entre dois momentos da experiência humana. A investigação sobre os diferentes caminhos seguidos pelas colônias que dispuseram de maior liberdade e daquelas que tiveram a liberdade restringida pela poder político traz à baila a questão sempre atual da relação entre a parte e o todo, o individual e o coletivo. Analisando essa dinâmica arriscamos dizer que as sociedades que experimentaram níveis maiores de liberdade econômica também aprimoraram sua vida política e social.

Quanto ao fato de se saber quem foi mais liberal, malgrado o protecionismo econômico que vigorou de modo variado em todas as colônias, Adam Smith concluiu que “nas diferentes maneiras de exercer esse monopólio é que reside uma das diferenças mais essenciais na política das diversas nações européias em relação a suas colônias” (p.74). Para ele, no século XVIII, a “melhor de todas elas, a da Inglaterra, é apenas um pouco mais liberal e menos opressiva que a de qualquer uma das demais nações” (SMITH, 1983, p. 74).

Referências Bibliográficas

DEYON, P. *O Mercantilismo*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

GIBBON, E. *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do Livro, 1989.

GRIMAL, P. *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1999.

HUBERMAM, L. *História da riqueza do homem*. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

MONTESQUIEU, C. *Do espírito das leis*. São Paulo: Martin Claret, 2010.

NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1985.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; PubliFolha, 2000.

ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.